

PATRIMÔNIO CULTURAL

Vicentônio Regis do Nascimento SILVA*

Resenha de PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009, 136 p.

A leveza e o tamanho de uma crônica de Paulo Mendes Campos ou Mário Quintana, a poeticidade do conto de Dalton Trevisan e a beleza estética da prosa romanesca de Cyro dos Anjos deveriam constituir pressupostos básicos aos teóricos das Humanidades na elaboração de suas obras. Provavelmente se tornem legíveis, menos extenuantes e mais interessantes aos leitores em geral.

Embora não possua poeticidade nem revolucione a estilística, **Patrimônio Cultural** transmite leveza durante a leitura de pouco mais de uma centena de páginas em que sua autora, currículo cosmopolitamente construído nas melhores universidades paulistas, amplia o campo de atuação de projetos e trabalhos anteriormente desenvolvidos sob a nomenclatura de Patrimônio Imaterial para se estender, de maneira mais abrangente, ao Patrimônio Cultural (composto, segundo critérios do livro, da reunião de bens patrimoniais materiais, imateriais e naturais).

Com experiência em ensino da História, Sandra Pelegrini compõe uma obra teórica voltada à atividade de educadores e profissionais em geral (não se restringindo a estudantes, professores ou pesquisadores da historiografia), lecionando que a constituição do Patrimônio Cultural local ou universal não depende apenas de órgãos ou instituições ligadas ao Estado, mas também da intervenção consciente e da prática eficaz de cidadãos, de Organizações Não Governamentais (ONGs), de

* Vicentônio Regis do Nascimento Silva é Mestre em História pela UNESP – Campus de Assis e Professor da Faculdade de Pres. Epitácio – SP – Brasil - E-mail: [e-mail: vicrenos@yahoo.com.br](mailto:vicrenos@yahoo.com.br)

sindicatos, de associações comunitárias e de classe na composição da memória, da imagem, da História.

Esse esclarecimento permite vislumbrar os alicerces sólidos sobre os quais podem ser erigidas perspectivas variadas de observação e de análise demonstrando que, se não pertencem ao Estado, a criação, a guarda, a manutenção e o arquivamento do Patrimônio Cultural não devem se limitar aos anseios acadêmicos, cabendo à sociedade sua (re)constituição no cotidiano, possibilitando deslocamentos e transformações por meio de movimentos centrípetos e centrífugos.

Uma eventual definição de Patrimônio Cultural se estabeleceria a partir de uma visão interdisciplinar: memória, cultura e imaginário criariam a identidade que, por sua vez, se consolidaria pelo exercício da cidadania, entendida como direito à memória e à diversidade cultural: “(...) o direito à memória e ao acautelamento do patrimônio cultural de distintos grupos que convivem num mesmo país (estado ou região) constituem exercícios de cidadania importantes para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade. Além disso, o reconhecimento de identidades plurais (sejam elas de gênero, religião ou etnia) pressupõe a coexistência entre características culturais distintas que no seu conjunto contribuem para a conformação de afinidades mais amplas, como é o caso das identidades nacionais” (p.24).

A escola surge então como lugar privilegiado em que a conscientização da preservação do patrimônio cultural pode se dar pragmaticamente por, entre outros, três fatores. O primeiro deles demonstra que a escola representa um espaço de sociabilidade em que as ferramentas pedagógicas tendem a ser aplicadas com mais sucesso em decorrência das relações horizontais entre professores, alunos, pais, funcionários e comunidade, enfatizando a heterogeneidade de saberes e tradições, algumas vezes criadas anônima ou popularmente, em que a compreensão do processo da produção é mais importante do que o produto.

Em segundo lugar, a escola se mostra um local também privilegiado na aplicação e no questionamento de teorias, na descoberta ou aperfeiçoamento de metodologias, ressaltando implícita ou

explicitamente que um ramo do conhecimento científico ou uma teoria do conhecimento isolada cede espaço para as relações inter, multi, trans e pluridisciplinares. A autora segue uma tendência cuja importância fora ressaltada no XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em meados de 2007 na região metropolitana da capital gaúcha, em que essas relações centralizaram as discussões e os temas do mencionado evento.

O último fator igualmente nos mostra que, pelo privilégio de abrigar confrontos e agrupamentos, convergências e divergências, adaptações e ajustamentos, distanciamentos e isolamentos, a escola percebe ou testemunha o surgimento, a agregação e a dispersão dos movimentos sociais realizados do lado de fora, mas que se reproduzem intramuros. Ressalte-se também que, como pode nos explicar a sociologia, as interações sociais antecedem as legislações e as especulações jurídicas. Daí a importância da intervenção de educadores.

Embora a autora relate pormenorizadamente que desde 1950 os países elaboram leis de preservação, de ensino e de conscientização de preservação de bens patrimoniais culturais – no Brasil, essas leis se inserem timidamente nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental, médio e superior e em âmbito transnacional culmina na *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003) – um fosso quase intransponível distancia a legalidade e a legitimação jurídicas de sua eficácia. Nesse aspecto, vale frisar mais uma vez o papel do educador como agente social, capaz de transformar adequadamente o espaço da escola em um eficiente mecanismo de transmissão de conhecimentos.

Conhecimentos que servirão para direcionar as atividades discentes no entendimento da necessidade pragmática do Patrimônio Cultural, cuja finalidade é “(...) estimular a comunidade a apropriar-se de seus bens culturais tangíveis e intangíveis, integrando-os às suas vidas e ao seu cotidiano. Ao fazê-lo, acabam retomando emoções, costumes, modos de viver e formas de entender o mundo que se entrelaçam às reminiscências do tempo pretérito e corroboram para a construção das identidades individuais e coletivas no presente. A

preservação dos espaços de sociabilidade e do patrimônio material e imaterial contribui para aflorar afetos que estimulam o sentido de pertencimento da comunidade” (p.35)

Esse sentido de pertencimento, pressuposto da formação e da consolidação da identidade individual e grupal, tem possibilidades reais de sair do plano teórico e entrar no âmbito prático se o educador orientar-se pelos terceiro e quarto capítulos, assim como pelas sugestões de leituras, documentários, filmes e sites disponíveis, aperfeiçoando a metodologia e, na qualidade de também construtor do patrimônio cultural, reavaliando conceitos, sugestões e discussões.

Se um movimento permite perceber os deslocamentos, as fronteiras e as relações entre História e outras disciplinas do conhecimento, **Patrimônio Cultural** permite uma visão essencial do tema e aponta probabilidades de aplicação por educadores, no sentido mais amplo da palavra, alçando a sociedade não apenas à consumidora do que é realizado pelo Estado, governos ou instituições acadêmicas, mas principalmente à produtora importante do que se mostra inerente à personalidade.

Erigido a partir de fontes diferentes ou de fontes iguais sob perspectivas, imagens e agrupamentos diversos, a pluralidade de bens materiais, imateriais e ambientais contribui para a estruturação de um Patrimônio Cultural que se mostra possível desde que “(...) professores e estudantes se proponham a empreender esforços no sentido da superação dos percalços que envolvem as experiências novas e se convençam de que a história é múltipla, as identidades culturais são plurais e o exercício da cidadania é um direito de todos” (p.121).

Para concluir, as propostas pedagógicas sugeridas pela autora na preparação profissional e na transformação cultural do educador têm grandes chances de progredirem se observados, em nossa avaliação, os preceitos de Weber para quem, diferentemente de Durkheim, a sociedade se transforma pela ação dos indivíduos. O Patrimônio Cultural se valorizará pelas intervenções dos professores que, sem esperarem reforços de ministério ou secretarias de educação, poderão conscientizar seus alunos de protegerem e descobrirem uma parte de suas próprias identidades.